



Fernando Gomide (E), Ana Maria Martins, senadora Gleisi Hoffmann, José Alcides Marton Silva, Helvécio Miranda Magalhães Júnior e Marcos José Burle de Aguiar, durante o debate de ontem na CDH

Teste do pezinho pode ser ampliado para permitir mais diagnósticos 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.461 – Brasília, terça-feira, 7 de junho de 2011



Sessão solene debate meio ambiente e o novo Código Florestal

Congresso celebra Dia Mundial do Meio Ambiente. Senadores defendem busca de entendimento em torno do polêmico projeto

Sessão solene conjunta do Congresso Nacional marcada para hoje, no Plenário da Câmara, será a oportunidade para os parlamentares reforçarem seu compromisso com a preservação da natureza. O Dia Mun-

dial do Meio Ambiente, celebrado no domingo, foi criado pela ONU em 1972. Ontem, em Plenário, os senadores anteciparam o debate ao defender a aprovação de um novo Código Florestal equilibrado. 7



Morieira Mariz/Senado Federal

Convidados ladeiam o presidente da CRE, Fernando Collor (C): ingresso do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU tem prós e contras, alertaram os especialistas

especial Cidadania

Tarifa local para ligações DDD em 36 áreas urbanas

Chamadas de telefone fixo entre municípios vizinhos e mesmo DDD têm custo de ligação local desde 28 de maio. 8

Para Jucá, PEC das MPs exige consenso com deputados 2

CCJ vota dois pedidos para convocar Palocci 3

Ingresso em conselho da ONU divide debatedores

Defensores do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU apontam prestígio; críticos, o custo político. 6



Senador Francisco Dornelles (C), presidente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, acompanha a apresentação de estatísticas durante o debate de ontem

Ana Volpe/Senado Federal



Representantes do governo fazem balanço positivo do Brasil após a crise 3

Segundo o líder do governo, o presidente da Câmara, Marco Maia, já sinalizou que seria difícil os deputados aprovarem o texto atual da proposta em discussão no Senado

Para Jucá, PEC das MPs precisa de consenso nas duas Casas

PARA ASSEGURAR A aprovação da proposta de emenda à Constituição que altera a tramitação das medidas provisórias, os senadores terão de trabalhar em um acordo duplo – dentro da própria Casa e também com a Câmara dos Deputados. A avaliação é do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo Jucá, o presidente da Câmara, Marco Maia, sinalizou que “seria difícil” os deputados aprovarem o texto atual da proposta.

O acordo no Senado precisará sair mais uma vez da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para onde a PEC 11/11 deve retornar esta semana, após o encerramento da discussão em primeiro turno, no Plenário.

A proposta, apresentada em março pelo senador José Sarney (PMDB-AP), foi aprovada por consenso pela CCJ no início de maio, na forma de um substitutivo elaborado por Aécio Neves (PSDB-MG). Em Plenário, porém, recebeu três novas emendas, de iniciativa de Pedro Simon (PMDB-RS), Wal-



Jone Araújo/Senado Federal

Autor da proposta que estabelece novo rito para exame das medidas provisórias no Congresso, Sarney concede entrevista a jornalistas, ao chegar ontem à Casa

ter Pinheiro (PT-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Uma das emendas trata do ponto considerado mais polêmico no substitutivo: a criação de uma comissão mista para julgar a admissibilidade das medidas provisórias. A comissão teria

poder para arquivar as MPs que considerasse inconstitucionais, o que a tornaria mais poderosa do que os Plenários das duas Casas, no entendimento de Walter Pinheiro, autor da emenda que retira do texto a criação do colegiado.

Admissão de MPs pode ficar com a CCJ da Câmara

Em busca de uma solução que assegure a votação da PEC 11/11, José Sarney insistiu, ontem, na alternativa de acabar com a comissão mista e conceder à CCJ da Câmara a prerrogativa de analisar a admissibilidade das MPs. A ideia é defendida pelo líder do PT, Humberto Costa (PE), e agrada ao senador Walter Pinheiro (PT-BA).

A sugestão de Sarney também dá mais espaço à Câmara, incomodada com as alterações em discussão no Senado. Hoje, dos 120 dias de tramitação de uma MP no Congresso, mais de cem são gastos na Câmara, restando aos senadores pouco mais de uma semana.

Entre as propostas em discussão pelos senadores, o prazo de

tramitação passaria a ser dividido entre as duas Casas, sendo de 50 a 70 dias na Câmara e de 55 a 40 dias no Senado, com dez ou 15 dias para revisão pelos deputados.

As mudanças já estão sendo discutidas entre os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, José Sarney e Marco Maia.

Paim elogia Cabral por cotas em concurso

Decreto assinado ontem destinando 20% das vagas dos concursos públicos no estado do Rio de Janeiro para negros, pobres e índios foi elogiado por Paulo Paim (PT-RS). O senador parabenizou o governador Sérgio Cabral, e seu superintendente da Igualdade Racial, Marcelo Dias, pela “iniciativa pioneira”.

– É o primeiro estado, após a assinatura do Estatuto da Igualdade Racial, que bota na prática o que ali está assegurado, ou seja, as políticas públicas afirmativas no combate a todo tipo de preconceito.

Após registrar que Roberto Requião (PMDB-PR), quando governador, criou a primeira política de cotas para negros no serviço público, Paim mencionou o presidente da Casa, José Sarney.

– Ele foi o primeiro a apresentar a política de cotas, incluída no Estatuto.

João Alberto (PMDB-MA), que presidia a sessão, elogiou o discurso de Paim e a lembrança da atuação de Sarney.

Evento reunirá especialistas em mídias sociais no Senado

O Senado vai reunir especialistas em mídias digitais para discutir como as redes sociais têm ajudado a consolidar um novo canal de comunicação entre o Parlamento e o cidadão. Promovido pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), o evento Política e Novas Mídias – a nova comunicação entre parlamentares e cidadãos ocorrerá na próxima terça-feira, no auditório do Interlegis.

No Brasil, cerca de 50 redes sociais têm mais de 1 milhão de usuários. Os brasileiros formam o segundo maior grupo no Twitter (13 milhões), depois dos americanos.

O evento é aberto ao público, sem custo, mas com vagas limitadas. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail srpeventos@senado.gov.br.

Programação

O painel sobre Parlamento e sociedade por meio das mídias sociais terá a participação do presidente do Senado, José Sarney; dos especialistas em mídias digitais Manoel Fernandes, da Bites Consultoria, e Maria Claudia Bacci, da FSB PR Digital; e do

diretor da Secs, Fernando Cesar Mesquita.

André Telles, da agência Mentes Digitais, falará sobre gestão de mídias sociais, as possibilidades de diálogo com o cidadão e gerenciamento de riscos. Edney Souza, do blog Interney, vai tratar de monitoramento das redes para o melhor aproveitamento de sugestões e críticas decorrentes do diálogo com o público.

O consultor de marketing político Bruno Hoffmann vai analisar o uso das ferramentas de comunicação digital nas últimas eleições. Fernando Palacios falará sobre como a arte de contar histórias pode ser revitalizada e usada para levar ao cidadão os temas da política. Já o professor Marcelo Minutti abordará os desafios e tendências das mudanças de comportamento do cidadão digital.

No painel Liberdade de Expressão e Internet, o tema será discutido pela jornalista Cora Rónai (*O Globo*), a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a coordenadora do Alô Senado, Ana Lucia Novelli, e o vice-presidente de Relações Governamentais da Coca-Cola, Jack Correa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Dia Mundial do Meio Ambiente

10h Sessão solene conjunta do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, no Plenário da Câmara. Às 12h, no Plenário do Senado, sessão especial destinada à entrega do Diploma José Ermírio de Moraes. Às 14h, sessão deliberativa. Na hora do expediente, serão comemorados os 50 anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Presidência Visita do presidente do STF

9h45 José Sarney recebe o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso; às 11h, o comandante da Marinha, almirante de esquadra Julio Soares de Moura Neto, às 11h30, a desembargadora federal Assusete Magalhães, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, acompanhada do deputado Mauro Lopes (PMDB-MG); e às 12h, o embaixador de Cuba, Carlos Rafael Zamora Rodríguez. Às 16h, preside a sessão do Plenário e às 18h concede audiência ao presidente da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria e Turismo, Gilberto Ramos.

CAS/CDH Debate sobre inibidores de apetite

9h Audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos para debater a proposta da Anvisa de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. O diretor da Associação Brasileira de Nutrologia, Paulo Giorelli, é um dos convidados.

CRE Fronteiras e segurança nacional

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira discute o tema fronteiras e segurança nacional em audiência com a participação dos secretários de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e de Mato Grosso do Sul.

CCJ Debate com Cezar Peluso

10h/14h A Comissão de Constituição e Justiça ouve o presidente do STF, Cezar Peluso, sobre proposta de emenda à Constituição que transforma os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias. Às 14h, examina as indicações de Jorge Hélio Chaves de Oliveira para compor o Conselho Nacional de Justiça e de Maria Ester Henriques Tavares para fazer parte do Conselho Nacional do Ministério Público.

CAE Emendas à LDO

10h Reunião ordinária para discussão e votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, que serão apresentadas à Comissão Mista do Orçamento.

CE Consumo sustentável

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa, entre outras matérias, projeto que cria a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

CMA Atendimento obrigatório

11h30 A Comissão de Meio Ambiente analisa projeto que obriga o fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico automático para cancelamento.

CPI Tráfico de pessoas

13h Reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil. Sala 15, Ala Alexandre Costa.

CI/CDR/CAE/CMA Copa do Mundo e Olimpíadas

14h Para discutir as implicações de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, as quatro comissões vão discutir a situação do tráfego aéreo e a modernização e ampliação da estrutura atual com o ministro da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, e outros.

CCAI Controle externo

14h30 Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Reforma Regulamento administrativo

18h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa examina o projeto que altera o Regulamento Administrativo do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

CCJ examina convocação de Antonio Palocci

O aumento do patrimônio do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, deve continuar sendo um dos principais temas desta semana no Congresso. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) examina dois requerimentos de convocação de Palocci, apresentados por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Eles querem que Palocci esclareça como seu patrimônio pessoal cresceu 20 vezes entre 2006 e 2010.

A oposição deve retomar a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI mista para investigar o caso. Outro requerimento na pauta da CCJ, de Demóstenes Torres (DEM-GO), convida o presidente da Caixa, Jorge Hereda, a esclarecer episódio ocorrido quando Palocci era ministro da Fazenda.

Aloysio: ministro deve se explicar ao Congresso



Aloysio Nunes

Nacional sobre as denúncias que envolvem seu nome.

– Nós temos a oferecer a ele a oportunidade de se explicar de modo a estancar, espero eu, todas as dúvidas perante o maior órgão de controle da República, que é o Congresso Nacional – declarou o parlamentar, que não considera satisfatórias as explicações fornecidas pelo ministro em entrevista exibida pela Rede Globo na sexta-feira passada.

Sarney: caso Palocci não vai afetar votações

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a pressão para ouvir o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, esta semana não afetará as votações. “Estamos avançando bastante e vamos fazer um progresso grande”, assinalou.

Sarney comentou a entrevista concedida por Palocci, na sexta-feira, à TV Globo, dizendo que, por se tratar de caso “passional”, a opinião pública pode não ficar satisfeita com as respostas do ministro, mas ressaltou que “ele deu as explicações que tinha para dar”.

Sobre matéria da revista *Veja* que acusa o ministro de alugar apartamento em São Paulo, registrado em nome de “laranjas”, Sarney disse que, se a propriedade não é legalmente constituída, a culpa é do locador e da imobiliária.

Representantes de instituições fiscais e monetárias destacaram que medidas anticrise asseguraram números adequados à economia no primeiro quadrimestre de 2010



Senador Francisco Dornelles (C) coordena audiência pública que avaliou política fiscal no início do ano passado

Autoridades fiscais fazem balanço positivo do pós- crise

OS ESPECIALISTAS QUE analisaram, ontem, os grandes números da economia nacional nos quatro primeiros meses de 2010 destacaram o acerto das medidas tomadas pelas autoridades econômicas no enfrentamento da crise mundial de 2008 e 2009. O debate foi promovido pela Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, presidida por Francisco Dornelles (PP-RJ) e vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Fernando Alberto Sampaio Rocha, chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, tratou do impacto fiscal das medidas adotadas pela instituição e apontou a importância do aumento das reservas internacionais como defesa contra oscilações externas e dos aportes do BC ao BNDES para execução de políticas antirrecessivas – para este ano, são previstos pelo BC

mais R\$ 55 bilhões em aporte.

– O impacto que isso tem nas estatísticas fiscais é um aumento da dívida bruta no montante dos títulos emitidos e, na dívida líquida, esse impacto é neutro – informou.

Tatiana Lacerda Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mostrou como o Brasil tem aproveitado a alta das *commodities* no mercado internacional para aumentar suas exportações, com ênfase em produtos básicos. Chamou a atenção a diversificação dos destinos das exportações, com o surgimento de novos polos econômicos, mas com um motivo de preocupação.

– São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro respondem por 50% de tudo aquilo que o Brasil exporta. Isso mobiliza o Ministério do Desenvolvimento a favor

da inclusão de novas empresas de diferentes origens no esforço exportador – disse.

Cleber Ubiratan de Oliveira, subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, ressaltou as políticas de ajuste fiscal que geraram efeito no período. Passada a crise, a arrecadação tem mostrado um aumento “bastante favorável”. Por sua vez, Raimundo Eloi de Carvalho, da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal, comparou as receitas do primeiro quadrimestre de 2011 com o mesmo período do ano passado, registrando o crescimento de 38% na arrecadação de IOF. O impacto negativo da crise de 2008 está superado com uma “constante evolução” no crescimento do recolhimento de tributos federais desde outubro de 2009, afirmou.



Para Ana Amélia, veto da Rússia à carne de três estados poderia ter motivação política

Ana Amélia critica alegação russa para embargo à carne

Com a afirmação de que as alegações da Rússia não se sustentam, Ana Amélia (PP-RS) aventou a possibilidade de motivações políticas ou diplomáticas para o embargo imposto por aquele país à carne de Mato Grosso, do Paraná e do Rio Grande do Sul, uma vez que o governo brasileiro ainda não se manifestou sobre a pretensão russa de participar da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A senadora destacou que representantes dos produtores de carne bovina, suína e de frango estavam reunidos com o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, para avaliar as consequências do embargo.

Ana Amélia também relatou reunião que teve com o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, na quarta-feira, ao lado de parlamentares gaúchos e catarinenses, que reclamaram que as medidas tomadas, desde fevereiro, para aumentar o preço do arroz no mercado interno, não estão surtindo efeito. Os agricultores estariam vendendo o produto por um preço menor que o de custo.

Dornelles elogia política econômica

Ao analisar os resultados da balança comercial em abril – superávit de US\$ 2 bilhões –, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que os números revelam “uma notável e surpreendente dinâmica do setor exportador como um todo”, com incremento de 45% em relação a abril de 2010 e de 20% ante março deste ano. Segundo Dornelles, o resultado foi alcançado, apesar da defasagem do câmbio, estimada pelo mercado em pelo menos 20%, e da pesada carga tributária sobre o parque industrial.

O senador lembrou ontem que houve aumento das receitas com exportações e das despesas com importações. As exportações totalizaram US\$ 20,2 bilhões, com aumento de 40% em relação a 2010, e as importações chegaram a US\$ 18,3 bilhões (quase 40% acima).

Para Dornelles, o governo vem conduzindo com muita competência a política econômico-financeira e o Ministério da Fazenda tem demonstrado que não pode haver crescimento econômico, com geração de emprego e renda, dentro de um quadro inflacionário. Segundo o senador, o ministério resistiu a pressões para tomar medidas drásticas, como aumentar a taxa de juros.

– Isso poderia trazer um retrocesso, uma recessão, um desaquecimento da economia, atingindo o nível de renda e de emprego e, muitas vezes, sem debelar o processo inflacionário – assinalou.

Atualização do Código de Defesa do Consumidor

A comissão especial temporária criada para atualizar o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) deve apresentar ao presidente do Senado, José Sarney, na próxima terça-feira, as propostas preliminares de modernização em três pontos principais: superendividamento, comércio eletrônico e ajustes processuais a fim de viabilizar solução alternativa não judicial para conflitos de consumo.

A comissão especial, que se encerraria em junho, teve seus trabalhos prorrogados até outubro. Conforme explicou ontem o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, as mudanças buscam incentivar o uso da mediação e da conciliação para o enfrentamento dos conflitos de consumo, o que passa pelo fortalecimento dos Procons, evitando-se assim que acabe desaguando no Judiciário.

Herman Benjamin disse que a atualização em debate prevê o investimento, de forma direta, na melhoria da informação ao consumidor sobre os riscos do crédito e também em mecanismos que estimulem as instituições financeiras a considerar de forma objetiva o superendividamento.

– É o chamado crédito responsável, tanto da perspectiva do próprio consumidor, para não ir além das suas posses, mas também da instituição financeira – explicou.



Anibal afirma que plano reflete “compromisso profundo da presidenta com os mais pobres”

Anibal celebra plano Brasil Sem Miséria

O senador Anibal Diniz (PT-AC) comemorou, ontem, o lançamento pela presidente Dilma Rousseff, na semana passada, do plano Brasil Sem Miséria, que reúne ações de transferência de renda e acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento básico, energia elétrica e inclusão produtiva.

O parlamentar explicou que equipes de profissionais deverão localizar, cadastrar e incluir nas ações do programa famílias em situação de pobreza extrema, com o objetivo de retirar 16,3 milhões de brasileiros dessa condição.

– É um plano que reflete o compromisso profundo do governo da presidenta Dilma com os mais pobres. O objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar social da população – disse.

O plano, ressaltou Anibal Diniz, é direcionado aos brasileiros que vivem em lares cuja renda familiar é de R\$ 70 por pessoa. Do público-alvo do programa, informou, 59% estão no Nordeste, 40% têm até 14 anos de idade e 47% vivem em área rural.

Presidente da subcomissão de desenvolvimento da região, Wellington Dias abre encontro na Paraíba alertando que o Nordeste precisa de fortes investimentos em infraestrutura se quiser se aproximar das áreas mais desenvolvidas do país

Senadores discutem em Campina Grande alternativas para o Nordeste

O SENADOR WELLINGTON Dias (PT-PI) disse ontem em Campina Grande (PB), ao abrir a audiência pública promovida pela Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste, que a região precisa de investimentos em infraestrutura para se aproximar das áreas mais desenvolvidas do Brasil. Para ele, os setores que demandam mais atenção são os de logística de transportes, energia e saneamento.

– Queremos um país desenvolvido e sem miséria. Para isso, precisamos agir interligando nossa malha ferroviária, com destaque para a Transnordestina; incentivando os investi-

mentos na aviação regional; trazendo segurança hídrica para nosso povo; e investindo na geração de energia elétrica – afirmou o senador, que preside a subcomissão, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Os temas discutidos na Paraíba, com autoridades e cidadãos, foram questões ligadas à infraestrutura, zonas de processamento de exportação (ZPEs) e zona franca.

O encontro faz parte de uma série de debates nos estados da região. Os senadores veem nessas reuniões a oportunidade de o governo federal apresentar suas ações para a região, em especial aquelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também há espaço para que o governo estadual apresente suas demandas e plano de ação e para que os parlamentares tratem de temas específicos predefinidos.

De acordo com Wellington

Dias, o principal resultado que se espera dos trabalhos dessa subcomissão é uma visão do próprio Nordeste sobre quais projetos, obras e programas devem ser priorizados. Isso no âmbito do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das relações do Legislativo e bancadas com o governo federal.

Além de Wellington Dias, seis senadores participam da audiência: Vital do Rêgo (PMDB-PB), Eduardo Amorim (PSC-SE), Wilson Santiago (PMDB-PB), Cícero Lucena (PSDB-PB), Benedito de Lira (PP-AL) e José Pimentel (PT-CE).

Infraestrutura e zonas de processamento de exportação foram temas debatidos pelos senadores



Cyro Miranda lembra que tabelas orientam TCU e Controladoria

Tabela oficial superfaturada é grave, diz Miranda

Denúncias de superfaturamento publicadas nesta semana pela revista *Veja* foram consideradas “extremamente graves” pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO). O esquema foi descoberto pela Polícia Federal (PF), que, após dois anos de investigação, verificou que estariam superfaturadas as duas tabelas oficiais usadas como referência na contratação de obras e serviços públicos: a do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) e a do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro).

– Para os órgãos de fiscalização, como o TCU e a Controladoria-Geral, um preço só é classificado como superfaturado se estiver acima dos valores constantes do Sinapi e do Sicro. Tudo o que estiver dentro do limite das tabelas é considerado legal – assinalou.



Wellington Dias (3º à esq., entre José Pimentel e Vital do Rêgo) preside audiência pública, que também contou com Eduardo Amorim (2º à dir) e outros três senadores

Cyro quer levar desenvolvimento ao Baixo Parnaíba

O senador Cyro Nogueira (PP-PI) apresentou projeto de lei complementar que institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba e cria a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

Nogueira explicou que o Baixo Parnaíba compreende 19 municípios piauienses e 7 maranhenses.

– A partir da criação da Re-

gião Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba, o próprio Executivo – federal, estadual ou municipal – poderá estabelecer políticas para promover a redução das desigualdades regionais e sociais nesses dois estados – disse.

Com 1.850 quilômetros de extensão, explicou o senador, o rio Parnaíba desempenha importante papel no desenvolvimento socioeconômico do Piauí

e do Maranhão. As potencialidades do rio envolvem o setor turístico, a hidroeletricidade, a piscicultura e a agricultura orgânica, entre outros, de acordo com Cyro Nogueira.

– Tenho convicção de que vários setores poderão ser fomentados a partir da aprovação deste projeto de lei complementar, como a exploração do grande potencial de agricultura irrigável da região – afirmou.



Cyro Nogueira: vários setores serão estimulados com a nova região

Blairo afirma que preparativos para a Copa estão em dia

O Brasil tem “totais condições e tranquilidade de chegar em 2014 na condição de fazer uma grande e bela Copa do Mundo”, afirmou o senador Blairo Maggi (PR-MT), que preside a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A subcomissão já ouviu representantes de 11 das 12 cidades-sede da Copa, faltando apenas o Rio de Janeiro.

À exceção de Natal e São Paulo, todos os estádios a serem utilizados estão em obras, cujos percentuais de execução variam de 15% a 23%.

– As arenas estarão prontas com muita antecedência –



Blairo Maggi diz que estádios serão concluídos bem antes do evento

garantiu o senador.

Quanto à mobilidade urbana, Blairo Maggi disse que algumas obras já foram iniciadas, mas admitiu que outras nem sequer saíram do papel.

Ivo Cassol propõe compensar estados por preservação

O senador Ivo Cassol (PP-RO) anunciou a apresentação de três propostas de emenda à Constituição (PECs). Uma delas inclui os ex-presidentes do Brasil no Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa do Estado democrático, como é o caso das guerras. Outra proposta inclui no Conselho da República os ex-presidentes da República e os governadores dos estados. A terceira PEC determina compensações aos estados que façam preservação ambiental.

Cassol também criticou a Prefeitura de Porto Velho, que teria comprado automóveis de



Senador quer modificar composição de conselhos da Presidência da República

empresas com sede em Minas Gerais. Ao fazer isso, a prefeitura garante impostos para outro estado e deixa de gerar emprego e renda na cidade, disse o senador.



Suplicy ficou admirado com o grau de progresso de Ribeirão Preto

Suplicy elogia feira de livro em Ribeirão Preto

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a realização da 11ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto (SP), visitada por mais de 500 mil pessoas. O senador elogiou a iniciativa do governo de São Paulo e da prefeitura de oferecer a crianças o cheque-livrinho, um carnê no valor de R\$ 18 para a compra de livros.

– As crianças foram motivadas a participar e com enorme número. Eu tive até, às vezes, dificuldade de andar entre as barracas – relatou.

Suplicy destacou o progresso da cidade.

– É impressionante o progresso de Ribeirão Preto, que, nas suas novas avenidas, mostra um número crescente de hotéis, todos inteiramente lotados por causa de atividades culturais como essa, que merecem nossos cumprimentos – disse o senador.

Debate na CDH avalia as possibilidades de aumentar a eficácia da triagem neonatal, para que ela possa identificar precocemente mais moléstias

Governo quer ampliar teste do pezinho para diagnosticar mais duas doenças

MAIS DUAS DOENÇAS poderão ser diagnosticadas por meio do chamado teste do pezinho: a deficiência de biotinidase e a hiperplasia adrenal congênita. A informação foi dada ontem pelo secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães Júnior, durante debate no Senado para discutir a ampliação do teste realizado há dez anos, gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o secretário, cerca de 29,7 milhões de crianças foram examinadas pelo teste do pezinho entre 2001 e 2010.

A triagem neonatal, nome oficial do teste do pezinho, foi instituída pelo governo em 6 de junho de 2001, por isso a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reuniu especialistas e representantes do governo justamente ontem, por sugestão da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Magalhães Júnior ressaltou que, mais do que ampliar as possibilidades de diagnóstico, o objetivo do ministério é garantir

que a triagem neonatal, que já alcançou em todo o Brasil a fase 1 [na qual o teste busca detectar apenas a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito], chegue no país inteiro às fases 2 e 3 [nas quais também se busca diagnosticar a presença da doença falciforme ou da fibrose cística], que só foram atingidas em alguns estados.

Apesar dos avanços, houve críticas à atuação governamental. Segundo o representante da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico, Fernando Gomide, há descaso por parte de gestores estaduais de saúde, "sendo necessárias punições nesses casos".

Apesar de reiterar que todos deveriam ter direito a testes neonatais para várias doenças, a pesquisadora Ana Maria Martins, da Universidade Federal de São Paulo, acredita que "uma opção mais realista é planejar melhor a expansão dos exames feitos pelo governo e estudar os estados que estão mais avançados nessa área".

Descoberta precoce permite tratamento adequado

Atualmente, o exame feito pelo SUS busca detectar nos recém-nascidos a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito. E, nos estados em que o Programa Nacional de Triagem Neonatal se encontra em estágio mais avançado, o teste também visa constatar se os bebês têm a doença falciforme ou a fibrose cística. Essas quatro doenças não têm cura e o diagnóstico precoce permite que o tratamento seja iniciado logo que a criança nasce – o que pode evitar muitos problemas e, inclusive, a morte.

– Não quero que as pessoas passem pelos mesmos sofrimentos que eu passei devido à falta de um diagnóstico precoce – disse a psicóloga Verônica Stasiak, de 24 anos, portadora de fibrose cística.

Antes de ser diagnosticada,

em outubro de 2009, Verônica passou por duas cirurgias no pulmão direito e uma cirurgia para retirada de vesícula, além de várias internações, sem que a doença fosse identificada. Agora, pode se tratar adequadamente.

Já Flavia Viotti Siqueira expôs o caso de sua filha, Gabriela, de 9 anos, que é portadora da deficiência da biotinidase. Diagnosticada logo no nascimento, Gabriela leva uma vida normal e faz um tratamento muito simples, que custa apenas R\$ 10 por mês.

– Eu tive a sorte e a felicidade de poder realizar o teste na rede particular. É muito triste saber que crianças morrem por falta de diagnóstico – afirmou, lembrando que o exame pago não se restringe às quatro doenças cobertas pelo SUS.

"Falso positivo" sugere cautela com novas inclusões

O "falso positivo" – no qual o teste do pezinho acaba indicando doenças inexistentes – é muito comum, segundo o professor Marcos José Burle de Aguiar, vice-diretor do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico da Universidade Federal de Minas Gerais.

– Quando o falso positivo aparece, os pais são afetados psicologicamente e fazem exames muito caros para confirmar o diagnóstico, não se tranquilizando mesmo após a doença ser descartada – afirmou. Para o professor, "deve-se diagnosticar as doenças que são muito bem conhecidas e que possuem tratamento. Isto é, aquelas com as quais sabemos lidar", como a deficiência de biotinidase.

– A inclusão de mais doenças na triagem neonatal deve ser analisada caso a caso, para não se jogar dinheiro fora e atender, simplesmente, à indústria de equipamentos – disse.

De acordo com ele, "há outras doenças que não têm tratamento ou têm tratamento questionável, e pacientes que serão assintomáticos a vida inteira".

Deficiência da biotinidase é uma doença metabólica tratável na qual o organismo não consegue obter da maneira adequada a vitamina biotina, presente nos alimentos, permitindo sua absorção pelo intestino. A biotina é essencial para o metabolismo normal do organismo, sendo indispensável para a atividade de diversas enzimas.

Hiperplasia adrenal congênita (HAC) é o crescimento exagerado do córtex da glândula adrenal, causado por uma mutação genética que provoca no feto produção demasiada do androgênio (hormônio esteroide que estimula ou controla o desenvolvimento e manutenção das características masculinas).



Secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães Júnior, com Gleisi Hoffmann (C): meta é assegurar que as três fases da triagem neonatal estejam acessíveis

Lia de Paula/Senado Federal

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para



Novo Estatuto do

Torcedor

“Se você analisar o Estatuto do Torcedor, ele pode ser considerado como gol de placa. O Brasil merecia uma legislação adiantada como essa, que a gente pode verificar que é de país de primeiro mundo.”

Jesseir é juiz e conduziu julgamentos de crimes motivados por rivalidades de torcidas.

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.





Líder do governo informa que Dilma irá à Venezuela neste ano

Jucá destaca acordos firmados com a Venezuela

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), destacou reunião entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Ministros dos dois governos também participaram do encontro.

Segundo Jucá, a reunião permitiu a assinatura de vários acordos entre o governo da Venezuela e órgãos e empresas brasileiros, como Embrapa, Petróbras, Caixa Econômica Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia.

O combate à febre aftosa foi tema de acordo entre o Ministério da Agricultura e o governo venezuelano. O controle da doença favorece o rebanho brasileiro dos estados do Norte, disse Jucá.

– Os estados do Norte do Brasil e a Venezuela precisam ter um programa-piloto de desenvolvimento integrado para a região – afirmou. O senador anunciou que a presidente Dilma deve retribuir a visita nos próximos meses.

Calamidade

Jucá lamentou a situação de calamidade de Roraima por conta das fortes chuvas dos últimos dias. O rio Branco, principal do estado, está dez metros acima do nível normal, quebrando o recorde de 1976, quando subiu 9,8 metros.

O parlamentar relatou que parte de Boa Vista está debaixo d'água e as rodovias estão submersas. Segundo Jucá, estão agendadas reuniões com os ministérios das Cidades e da Integração para pedir socorro ao estado.

– Estamos atentos e procurando todas as providências cabíveis para diminuir o sofrimento do povo de Roraima – declarou.

Conselho de Segurança da ONU: custos e benefícios

Especialistas dizem que os custos de tornar-se membro permanente do órgão da ONU são enormes. Mas eles estão à altura do protagonismo mundial do Brasil, afirmam outros

OS CUSTOS E benefícios do ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), como membro permanente, dividiram as opiniões dos participantes do oitavo painel sobre política externa brasileira, realizado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida por Fernando Collor (PTB-AL). Se por um lado tornar-se membro permanente transforma o Brasil em ator decisivo na cena internacional, como alegaram os defensores da iniciativa, por outro lado poderá expor o país a altos custos políticos e econômicos, segundo os críticos da medida.

O embaixador Ronaldo Sardenberg observou que o Brasil já esteve dez vezes no conselho, como membro não permanente. O momento atual seria propício ao ingresso do país no clube dos membros permanentes.

– Nunca houve a oportunidade que temos agora – afirmou.

Igualmente defensor do ingresso brasileiro, o professor Danny Zahredine, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, lembrou que o Brasil tem um “poder real crescente”, baseado em seus progressos na economia, na energia e em novas tecnologias. Ele ressaltou ainda o “poder potencial” do Brasil, representado pela sua biodiversidade, pelo amadurecimento de suas instituições e pelo fortalecimento gradativo de seu poder militar.

– Quais são os custos? São enormes. Existe a responsabilidade da decisão. Mas é um custo que um país que se vê como potência deve assumir – analisou.

A prioridade do ingresso no conselho foi contestada pelo professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Ibmec de Brasília. A seu ver, um dos motivos para a falta de progresso na intenção brasileira está no próprio país, cuja sociedade civil não toma parte do processo de escolhas das prioridades da política externa.

– Até que ponto essa demanda é tão importante? É realmente uma prioridade? – questionou.

O professor norte-americano Albert Fishlow, do Centro para Estudos Brasileiros da Universidade de Colúmbia, apontou que o Brasil, no setor econômico, já tem forte representação no chamado G-20, onde se debatem as principais questões globais. No entanto, previu que, tornando-se membro permanente do Conselho de Segurança, terá que gastar muito mais em missões militares em várias partes do mundo.

– Não vejo necessariamente grandes vantagens, em comparação às vantagens que tem no G-20, onde tem a possibilidade de influência. O Itamaraty prefere que o Brasil seja membro permanente, mas para o Brasil como um todo não me parece que seja uma vantagem – argumentou Fishlow.

Senadores veem ingresso com desconfiança

A senadora Ana Amélia (PP-RS) lembrou, no debate, que o ingresso no conselho implicaria compromissos importantes e questionou se o Brasil estaria “preparado para isso”. Por sua vez, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que a participação do Brasil como membro permanente e representante da América Latina seria apenas “uma questão de tempo”.

Ao intitular-se “discípulo de Fishlow”, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que sua admiração pelo professor americano aumentou.

– É muita coragem um americano vir aqui dizer que não vê vantagem em o Brasil entrar (no conselho). E ele está certo. Considero isso um desperdício de esforço. Vamos supor que o Brasil ganhe. Nós vamos ter que fazer opções entre A e B – alertou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou a Fishlow como via o programa Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo. O professor recomendou ao Brasil que adote como prioridade a busca do fim do déficit público como meio de permitir a redução nas taxas de juros.



Prioridade dada pela diplomacia brasileira ao ingresso no Conselho da ONU foi criticada por alguns dos convidados

Comissão de senadores visita Ponta do Abunã

Uma comissão externa do Senado debateu ontem com lideranças comunitárias e autoridades formas para enfrentar a violência na Ponta do Abunã (RO), considerada uma das localidades mais violentas da região amazônica.

Os senadores foram ao distrito de Extrema, a 350 quilômetros da capital, Porto Velho, na divisa com os estados do Acre e Amazonas e a oito quilômetros da fronteira com a Bolívia.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO) Pedro Taques (PDT-MT) e Raulo Rodrigues (PSOL-AP) se reuniram com trabalhadores rurais, sindicalistas, produtores e autoridades da região conhecida como Ponta do Abunã.

Na reunião foram discutidas demandas da comunidade e também debatidas formas de combater o crescimento da violência na região, considerada uma das mais conflituosas da Amazônia.

No final de maio, o líder de assentamento Adelino Ramos, o Dinho, foi assassinado no distrito de Vista Alegre de Abunã, após denunciar a exploração ilegal de madeira na área. Diversos outros líderes comunitários estão jurados de morte na região por causa de conflitos agrários.

A senadora Vanessa Grazziotin, autora do requerimento que instituiu a comissão externa, ressaltou que só com a participação das comunidades será possível acabar com os assassinatos na região. Por isso, a importância da audiência pública em Rondônia.

O senador Valdir Raupp afirmou que a morte do líder Adelino Ramos, o Dinho, no último dia 27, acendeu o alerta nacional sobre a situação da Ponta do Abunã. Ele lembrou que a presidente Dilma Rousseff já determinou a realização de uma operação conjunta com os governos dos estados para resolver o problema da violência na região.

Além dos parlamentares, participam também da visita à região de conflito representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Pastoral da Terra e da Ordem dos Advogados do Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Rodrigo Rollemberg • Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim • Ivo Cassol • Blairo Maggi

*Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes,

Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Congresso celebra Dia Mundial do Meio Ambiente

O Congresso realiza hoje sessão solene para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho. A data foi escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972 para chamar a atenção e estimular ações

pela conservação do planeta. Em 2011, o tema escolhido é a importância das florestas, já que este é o ano internacional dedicado a elas. As ações de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável são coordenadas

pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep, sigla do inglês). A data foi lembrada ontem por senadores, que foram a Plenário defender equilíbrio no debate do novo Código Florestal e combate à violência no campo.

João Pedro espera atuação marcante do Senado

Em homenagem à Semana do Meio Ambiente e em defesa de um Código Florestal "moderno e democrático e comprometido com a vida dos brasileiros", João Pedro (PT-AM) disse esperar do Senado uma contribuição marcante no debate sobre o tema.

– Nada melhor nesta semana do que o compromisso de travarmos um debate com profundidade acerca de um Código Florestal comprometido com o planeta – disse.

João Pedro mencionou Chico Mendes (1944-1988) e Dorothy Stang (1931-2005) como mártires que chamaram a atenção do mundo na luta pela preservação da floresta. O agricultor Francisco Moreira também foi citado.



No Dia do Meio Ambiente, a capital de Roraima, Boa Vista, foi alagada pelo rio Branco, na maior enchente das últimas três décadas

Fonte: Telles/Secom-RR



Senador destaca Chico Mendes e Dorothy Stang como mártires

Marinor quer associar debate a mortes no campo

Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu que a discussão sobre o Código Florestal esteja associada à da violência no campo. Ela lembrou que a Comissão de Direitos Humanos deverá debater as recentes mortes que, "não à toa, aconteceram simultaneamente com o debate do Código Florestal".

Marinor também manifestou solidariedade aos bombeiros militares do Rio de Janeiro, que, segundo ela, "estão humilhados pelos mais baixos salários pagos a esses servidores em todo o país e as condições precárias de suas unidades e equipamentos". A senadora disse que parlamentares do PSOL intercederam para evitar uma "chacina".



Marinor também se solidarizou com os bombeiros do Rio de Janeiro

Pinheiro: foco no crescimento sustentável

O Senado precisa conciliar o desejo de continuidade da produção agrícola com o compromisso com o meio ambiente, a vida e a natureza, afirmou Walter Pinheiro (PT-BA). Para o senador, o debate sobre o novo Código Florestal precisa focar o crescimento sustentável.

Pinheiro disse que a Casa precisa de tempo para aprofundar o debate sobre áreas de proteção, incentivos e competência de órgãos. Para ele, o novo código tem de servir como uma "ferramenta do cotidiano" para permitir a "segurança jurídica".



Walter Pinheiro

Para Rollemberg, Casa aperfeiçoará Código Florestal

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou estar confiante em que o Senado terá a capacidade de obter "um grande entendimento" sobre o novo Código Florestal. O parlamentar lembrou que a Casa tem entre seus membros ex-presidentes da República e ex-governadores de estado que podem colaborar com o aperfeiçoamento do texto.

– O novo código vai dar tranquilidade e segurança jurídica para o Brasil continuar a ser um grande produtor mundial, sabendo produzir de forma sustentável – disse.



Rodrigo Rollemberg

Paim pede entendimento para votação

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia foi lembrado no domingo em eventos por todo o Brasil.

Nos últimos dez anos, segundo o senador, 13 milhões de hectares de florestas nativas foram devastados no mundo. No Brasil, 165 mil quilômetros quadrados de floresta foram desmatados entre 2000 e 2005.

– Continuamos em primeiro lugar no ranking do desmatamento.

Paim pediu aos senadores "entendimento e bom senso" durante os debates sobre o novo Código Florestal.



Paulo Paim



Cristovam Buarque

Cristovam quer atenção para refugiados

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a atenção do Plenário para a situação dos refugiados por razões ambientais, aqueles que perderam suas casas devido a desastres em usinas nucleares, alagamentos causados por chuvas ou que foram desabrigados por furacões, entre outras causas.

Grande parte dessas tragédias esteve relacionada a decisões políticas, na opinião do senador, citando a construção do complexo nuclear de Fukushima, no Japão, e o acidente com o Césio-137, em Goiânia. A ótica, disse o senador, deveria ser a dos direitos humanos.

Mozarildo se solidariza com vítimas em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solidarizou-se com as vítimas da enchente em Roraima, que já está sendo considerada a maior desde 1976. Ele manifestou preocupação com o fato de o governador Anchieta Júnior ter decretado estado de calamidade pública, o que permite dispensar a licitação aquisições feitas pelo estado.

– Tenho medo que, em um momento em que a população sofre, carecendo de atenção, o governador, que enfrenta uma série de denúncias, possa usar esse mecanismo legal para cometer mais arbitrariedades – disse.



Mozarildo Cavalcanti

Kátia Abreu: código não anistia agricultor de multa

Kátia Abreu (DEM-TO) rebateu ontem declaração do senador Blairo Maggi (PR-MT), ao jornal *Folha de S.Paulo*, de que o novo Código Florestal

aprovado pela Câmara dá anistia aos agricultores que desmataram. A senadora assinalou que anistia seria livrar o agricultor da multa e não

exigir nada em troca.

Kátia Abreu destacou que o novo código abre a possibilidade de anistiar uma multa desde que o produtor corrija

os danos cometidos. Para isso, precisaria se habilitar no órgão ambiental estadual, recuperar todos os erros cometidos e, aí sim, obter a anistia.



Moreira Matiz/Senado Federal

Medida adotada pela Anatel está valendo desde 28 de maio e beneficia cerca de 68 milhões de pessoas em 560 municípios

Lindomar Cruz/Senado Federal



Telefones públicos em Brasília: ampliação de regiões sem cobrança de interurbano beneficia população do entorno de grandes cidades

Projetos de lei

PLS 283/09, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) Permite a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para promover o acesso e facilitar o consumo do serviço de telefonia fixa pela população de baixa renda. Foi aprovado no Senado em dezembro de 2009 e encontra-se na Câmara dos Deputados, tramitando como PL 6.585/09, em conjunto com mais dois projetos com o mesmo objetivo (PL 1.481/07 e PL 415/11).

PLS 91/04, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Veda a cobrança de assinatura básica mensal pelas prestadoras de serviços telefônicos fixo e móvel. O assinante pagaria apenas pelas ligações efetuadas. O texto foi arquivado em 11 de janeiro deste ano, ao final da legislatura. No entanto, projeto com o mesmo objetivo tramita na Câmara (PL 5.476/01, do ex-deputado Marcelo Teixeira, com 14 projetos a ele apensados), onde aguarda a constituição de comissão temporária especial destinada a apreciar a matéria.

Chamadas de telefones fixos entre municípios de 42 regiões a custo local

AS CHAMADAS DE telefone fixo entre municípios de 36 regiões metropolitanas e três regiões integradas de desenvolvimento (Rides) passaram a ser realizadas ao custo de ligação local desde 28 de maio, mudança comemorada pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA). São cidades que apresentam continuidade geográfica com as outras e mesmo código de área nacional (DDD). Três outras regiões – de Foz do Rio Itajaí (SC), Grande São Luís e São Paulo – já tinham todos os municípios considerados uma mesma área de tarifação.

A mudança foi anunciada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em 21 de janeiro, com a revisão do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). O novo regulamento amplia os critérios de definição de áreas locais, que passa a abranger diversos

municípios pertencentes a uma mesma região metropolitana ou Ride. A medida contemplou aproximadamente 68 milhões de pessoas em todo o Brasil, em cerca de 560 municípios.

A alteração no regulamento também estabelece que as novas situações sejam revistas anualmente. As revisões de configuração da área local resultante da criação ou da alteração de regiões metropolitanas ou de Rides ocorrerão junto com as revisões quinquenais dos contratos de concessão. Os valores de ligações entre fixos e móveis – e vice-versa – não sofrerão mudanças com as alterações de áreas locais.

De acordo com Walter Pinheiro, essa medida é um “avanço enorme”, fruto de 14 anos de debates. “Desde de 1997, com a reformulação da telefonia, as privatizações, se buscam formas de compensar o fim do subsídio

cruzado das tarifas”, explica.

– Antes, a ligação feita de um telefone comercial do centro de São Paulo tinha uma tarifa mais alta, que subsidiava a ligação mais barata feita de uma residência de uma pequena cidade no interior da Bahia, por exemplo. Isso deixou de existir com a reformulação da telefonia. A medida da Anatel é uma forma de compensar ao menos a população que mora em volta das grandes cidades –

considera o senador.

Walter Pinheiro afirma também que reduzir custo de ligações é uma medida de inclusão, um passo em direção à universalização da telefonia. Os próximos passos são acabar com a tarifa de *roaming* (custo adicional de ligação de celular feita ou recebida fora da área da operadora) e com a assinatura básica de telefonia, além de reduzir o preço do minuto dos celulares pré-pagos.

Ligações DDD, com custo de local

Desde 28 de maio, usuários de telefones fixos de mais 36 regiões metropolitanas e três regiões integradas de desenvolvimento podem realizar chamadas a custo de ligação local para municípios próximos e com o mesmo DDD.

LOCALIDADES	BENEFICIADOS
AL Regiões metropolitanas de Maceió e do Agreste	1,7 milhão
AM Região Metropolitana de Manaus	2,1 milhões
AP Região Metropolitana de Macapá	463,7 mil
BA Região Metropolitana de Salvador	4,6 milhões
CE Regiões metropolitanas de Fortaleza e de Cariri	4,2 milhões
DF, GO e MG Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno	3,7 milhões
ES Região Metropolitana de Vitória	1,7 milhão
GO Região Metropolitana de Goiânia	2,2 milhões
MA Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense	335 mil
MG Regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço	5,5 milhões
MT Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá	824 mil
PA Região Metropolitana de Belém	2,2 milhões
PB Regiões metropolitanas de João Pessoa e de Campina Grande	1,8 milhão
PE Região Metropolitana de Recife	4,5 milhões
PE e BA Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)	4,5 milhões
PI e MA Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da Grande Teresina	969,6 mil
PR Regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá	4,7 milhões
RJ Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11,9 milhões
RN Região Metropolitana de Natal	1,3 milhão
RR Regiões metropolitanas de Boa Vista, do Sul do Estado e Central	324,9 mil
RS Região Metropolitana de Porto Alegre	4 milhões
SC Regiões metropolitanas de Chapecó, Tubarão, Florianópolis, Vale do Itajaí, Lages, Carbonífera e Norte/Nordeste Catarinense	4,8 milhões
SE Região Metropolitana de Aracaju	794,5 mil
SP Regiões metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas	4,4 milhões

Fonte: Anatel

Região metropolitana fica em um só estado, Ride é mais abrangente

► **Região metropolitana** é um grande centro populacional, que consiste em uma (ou mais) grande cidade central (metrópole) e sua zona adjacente de influência. A Constituição de 1988 deixa a cargo dos estados a instituição dessas regiões, que não possuem personalidade jurídica própria e têm como principal objetivo a viabilização de sistemas

de gestão de funções públicas de interesse comum dos municípios abrangidos.

► **Rides** são as regiões metropolitanas que se situam em mais de uma unidade federativa, criadas por legislação federal específica. São três: Distrito Federal e Entorno (DF/GO/MG), Polo Petrolina e Juazeiro (PE/BA) e Grande Teresina (PI/MA).

Saiba mais

Ministério das Comunicações

(61) 3311 6000
www.mc.gov.br

Anatel

Central de atendimento: 1331
Pessoa com deficiência auditiva: ligue 1332 de qualquer telefone adaptado
www.anatel.gov.br
<http://migre.me/4JM8c>